



vento sul

a cidade

Denúncia na licitação do lixo em Porto Alegre

A licitação para execução de serviços de coleta e destinação do lixo em Porto Alegre, lançada pela prefeitura municipal em maio passado, está provocando polêmica na cidade. Catadores e recicladores que sobrevivem da coleta seletiva não sabem com certeza se seu trabalho estará garantido. Também queixam-se de mudanças como a proposta de uso de caminhões compactadores e o risco de acidentes com material quebrado por esses equipamentos (como vidro, por exemplo). Na Câmara de Vereadores, discute-se a decisão da prefeitura de terceirizar todos os serviços, entregando-os à iniciativa privada e abrindo mão dessa relação cidadã entre o poder público e a comunidade. Mais grave do que isso, porém, é a denúncia de irregularidades no processo de licitação, que está sendo investigada pela polícia civil e pelo Ministério Público Especial do Tribunal de Contas do Estado. Se a denúncia for julgada procedente, a licitação poderá ser suspensa. **Página 7**



o desenvolvimento

Uma estratégia para o crescimento solidário do Rio Grande

Um veículo cujo motorista insiste em avançar por uma estrada cada vez pior, até o ponto em que só o socorro de um trator poderá salvar o carro, atolado em um banhado profundo. A imagem serve para ilustrar os caminhos equivocados percorridos pelo Rio Grande do Sul nos últimos anos. Apenas um exemplo: em 2005, enquanto a indústria em todo o Brasil registrava crescimento de 3,8%, a produção industrial gaúcha amargava queda de 3,3%.

Frente a este cenário, que projeta enormes desafios para o próximo governante do Estado, vários setores da sociedade riograndense buscam saídas e soluções para a crise cada vez mais profunda.

A Federação das Indústrias do RS (Fiergs), a Assembléia Legislativa e a Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento fizeram seus diagnósticos da crise e criaram agendas de desenvolvimento a médio e longo prazo, na maio-

ria centradas na atração de grandes indústrias sempre com isenção de impostos e incentivos fiscais.

Para a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que também está discutindo os caminhos para o desenvolvimento do estado, o foco é outro: desenvolvimento local sustentável com a participação direta da sociedade na gestão do estado. **Página central**



Com crescimento negativo e uma economia encolhida - o Rio Grande do Sul não consegue sair do atoleiro em que se meteu nos últimos anos. Representantes das indústrias, do governo estadual e do parlamento gaúcho continuam, na maioria das vezes, apresentando propostas que buscam alternativas que privilegiam somente a instalação de grandes projetos econômicos, quase sempre beneficiados com recursos públicos e isenção de tributos, um dos motivos da atual situação falimentar do estado. Lamentavelmente, o conceito de Desenvolvimento Local que fortalece o mercado e a diversidade de cada lugar, trazendo qualidade de vida e renda de maneira mais espalhada e democrática, não faz parte da pauta destes setores.

Por isso a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMC) está propondo que a sociedade gaúcha participe do debate democrático que deseja construir caminhos que valorizem as potencialidades e especificações de cada lugar cujas iniciativas precisam se articular com as grandes políticas estaduais e nacionais. O Rio Grande precisa de desenvolvimento com inclusão social e não pactos cada vez mais concentradores.

Buscando um desenvolvimento mais democrático e sustentável - mais de mil delegados reuniram-se em Brasília, na 1ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária. Apesar das divergências na escolha dos delegados a realização e o grande número de participantes, demonstram que a Economia Solidária chegou com força e para ficar.

A coleta do lixo em Porto Alegre também merece atenção nesta edição do Vento Sul porque a licitação para a execução destes serviços lançada pela Prefeitura Municipal está provocando polêmica na cidade. Catadores e recicladores que sobrevivem da coleta seletiva não sabem com certeza se seu trabalho estará garantido assim como a investigação por parte do Ministério Público Especial sobre a denúncia de irregularidades no processo licitatório.

Boa leitura.

Memória e Trabalho para os Povos Indígenas

Dentro do Programa "Memória do Trabalho no Brasil", a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) estão promovendo um ciclo de palestras em diferentes cidades sobre as "Visões do Trabalho no Brasil". No debate realizado dia 25 de Maio em Porto Alegre, com o tema, "O imaginário do trabalho", falou o líder indígena Ailton Krenak

Com uma grande tranquilidade, Krenak começou dizendo que não sabia exatamente porque tinha sido chamado a falar sobre memória do trabalho. Primeiro, porque o jeito da memória dos brancos é diferente do jeito da memória dos povos indígenas. Na cultura ocidental, a memória se materializa em livros, fotografias, documentos ou filmes. Para os povos indígenas, ela se expressa através de rituais e mitos que se transmitem de forma oral através das gerações. Apóia-se numa visão mágica: - que possamos nos alegrar nesse jardim, nesse mundo em que vivemos, resume Krenak.

Segundo Krenak, o conceito de trabalho não existe para os povos indígenas. Para eles, não é o trabalho que edifica o homem mas sim a convivência, a música, a pesca, a transcendência. Ações modificadoras do mundo em que vivemos só têm sentido quando são feitas para nos comunicarmos com os nossos ancestrais. O esforço coletivo só se justifica dentro dos rituais, dentro de uma vontade de realização transcendental ou para satisfazer uma necessidade atual (e não futura) de um coletivo. Os povos indígenas não fazem esforço para alcançar alguma recompensa ou remuneração. Quando o ritual termina, tudo termina, não há acumulação. As casas indígenas duram em média seis anos: "não precisamos de nada além daquilo que é necessário para a nossa existência", diz Krenak.

Compras Solidárias

Cooperativa Girasol - Comércio Justo e Consumo Consciente, foi criada em março por 25 pessoas interessadas em apoiar os pequenos empreendimentos de economia solidária incentivando o consumo e comercialização de produtos. Nesta

primeira etapa está sendo organizada uma rede de consumidores solidários que uma vez ao mês, realizam compras de produtos alimentícios. A rede se organiza através da internet, onde os participantes recebem uma lista de compras e efetuam seu pedido. Nesta primeira fase, somente para quem mora em Porto Alegre, os produtos são entregues no Semapi - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa e Fundações Estaduais do RS.

A experiência já está entrando no seu quarto mês com uma média de 60 pessoas consumindo os produtos oferecidos. Por enquanto a parceria está sendo realizada com oito pequenos produtores, cooperativa, agroindústrias como a Novocitrus, BMBC, Coceargs, entre outros. Num segundo momento a proposta é ampliar o número de fornecedores.

A Girasol está buscando ampliar sua rede de consumidores para sindicatos, ongs, associações de funcionários, etc. Nos próximos dias os jovens que fazem parte do Consórcio da Juventude e que estão sendo treinados em telemarketing pelo CAMP (ver matéria pág.6) devem oferecer os serviços da Coopgirasol.

O email da cooperativa é coopgirasol@gmail.com - fone 8449-4778. Boas compras.

CAMP define área de atuação

Após sete de meses de estudos e entrevistas em 17 bairros/comunidades, a assembléia de sócios do CAMP, realizada no último dia 10 de junho decidiu priorizar como uma das áreas de atuação da entidade, nos próximos três anos, o arquipélago das ilhas do Guaíba mas a entidade continuará manter vínculos sólidos com quem vem se relacionando nos últimos 23 anos.

No arquipélago os educadores do CAMP irão contribuir para a emergência de novos referenciais de desenvolvimento através da experimentação de alternativas de superação do atual modelo, da sistematização de experiências locais, de produção de conhecimento e da formação de atores sociais com capacidade de incidência na disputa pela hegemonia e na viabilização destes novos referenciais de desenvolvimento.

Conferência Nacional de EPS reúne mais de mil delegados e cria estratégias para o fortalecimento de um novo modelo econômico

Representantes de movimentos de economia solidária de todo o país, entidades e organizações da sociedade civil e do poder público reuniram-se de 26 a 29 de junho, em Brasília, para a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES). Durante o evento foram apresentadas um elenco de propostas discutidas após mais de 100 conferências preparatórias, sendo a principal delas “a criação de um Fundo de Desenvolvimento para a Economia Solidária e de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário”. O objetivo foi assegurar a continuidade das políticas de economia solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável e democrático. Assim como consolidar as ações como uma política de Estado e não simplesmente de governo.

Entre as principais reivindicações apresentadas no Congresso pelos 1.112 delegados eleitos nas conferências estaduais estava a redução da carga tributária e reformulação da Lei das Licitações - facilitando o acesso dos produtos solidários nas compras de governo. Os delegados

também defenderam o envolvimento dos movimentos organizados de economia solidária na gestão pública para fortalecer as iniciativas do setor nas três esferas de governo. Na avaliação dos participantes, a economia solidária ainda encontra grande dificuldade de inserção em programas, ações de financiamento, de formação, capacitação e de comercialização. Eles consideram que as elevadas taxas de juros, alto custo para manutenção da legalidade e excessivas exigências por parte das instituições públicas e financeiras são os principais entraves para o maior desenvolvimento da economia solidária no país.

Durante a Conferência também ocorreram algumas deliberações, como a redução do número de trabalhadores para a criação de cooperativas, diminuindo de 20 para apenas sete integrantes. Outra proposta deliberada foi a criação de um selo para os produtos oriundos de empreendimentos econômicos solidários, como acontece hoje com as mercadorias agroecológicas. A intenção dos participantes da

Conferência é que o selo facilite a comercialização dos produtos no Brasil e nos mercados externos.

A Conferência encerrou com a aprovação do documento final que propôs estratégias e políticas de desenvolvimento para a economia solidária e o seu fortalecimento como modelo econômico. O resultado foi visto como satisfatório por Nelsa Nespolo, coordenadora do Fórum

Estadual de EPS e integrante da delegação com 132 delegados que representaram o Rio Grande do Sul na CONAES. “A Conferência nos ajudou a avançar em vários pontos e a consolidar os principais conceitos de luta. Além disso, a presença de importantes representantes do setor público deve contribuir para o crescimento e visibilidade da economia solidária no país”, afirmou.

Central de Empreendimentos da EPS de Porto Alegre

Para colaborar ainda mais na organização e consolidação das feiras e empreendimentos solidários foi lançada em junho a Central de Empreendimentos da Economia Popular Solidária de Porto Alegre, a CESPA. O principal objetivo da CESPA é a promoção da economia solidária e a melhoria sócio-econômica dos seus associados, através da criação de canais de comercialização dos produtos da economia solidária de Porto Alegre. A primeira atividade que a CESPA irá realizar é a celebração de um Convênio com a Prefeitura Municipal para regularizar a permissão do funcionamento e o apoio do setor

público às lojas de economia solidária da capital. A CESPA, em parceria com a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), será a responsável pela gestão das lojas de economia solidária localizadas em prédios públicos da Prefeitura, ou em espaços privados subsidiados por ela. Os sócios fundadores da CESPA são os integrantes de quatro associações de artesãos de Porto Alegre: Associação de Artesãos Santo de Casa; Associação de Artesãos Porto Alegre Solidária; Associação Armazém Gaúcho do Artesão; Associação dos Produtores Solidários da Etiqueta Popular.



Mapeamento de Empreendimentos Solidários

A Economia Solidária tem-se consolidado como importante alternativa de inclusão social para milhares de cidadãos que buscam uma alternativa de trabalho e renda. Segundo um mapeamento realizado pela Secretária Nacional de Economia Solidária (Senaes) cerca de 15 mil empreendimentos, como cooperativas, associações ou na administração de empresas falidas, micro e pequenas empresas foram localizados e caracterizados. Isso significa mais de 1 milhão e

duzentos e cinquenta mil envolvidas em atividades de produção de bens e prestação de serviços, consumo e crédito no país. No Rio Grande do Sul, na primeira fase do mapeamento, foram identificados 1.634 empreendimentos solidários, nos quais trabalham 40.394 pessoas distribuídas em 270 municípios. O estado gaúcho aparece como o primeiro do Brasil em números de empreendimentos. Uma nova atualização do mapeamento deve acontecer ainda neste ano.

Polêmica na escolha dos Delegados

A projeção nacional que vem assumindo as ações da Economia Popular Solidária também está despertando uma disputa acirrada pelas funções de representantes de EPS. Um exemplo disso aconteceu na escolha dos 132 delegados que representaram o Rio Grande do Sul na Conferência Nacional, que aconteceu no mês de junho em Brasília.

A indicação de um número expressivo de delegados ligados a correntes políticas deixou muitos representantes do Estado insatisfeitos com o critério de escolha utilizado na Plenária Estadual realizada nos dias 2 e 3 de junho, em Porto Alegre. Segundo o coordenador dos projetos de EPS na região metropolitana e um dos escolhidos como suplente de delegado, João Paulo Marques: “Os organizadores já vieram com tudo pronto. Eu presenciei pessoas que nem sabiam o que era economia solidária e foram escolhidas para delegados. Acho que o interesse político se sobrepôs ao da EPS”, afirmou Marques.

João Paulo, que trabalha há vários anos com projetos de EPS nos municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Guaíba, Viamão e Porto Alegre, também criticou a divisão dos representantes. “Grupos como os dos Artesões, por exemplo, que contam com mais de 100 pessoas, tiveram apenas dois delegados escolhidos. Enquanto os de Alimentação, que não tem a metade de participantes, tiveram o mesmo número de delegados indicados”, disse.

A forma de escolha dos delegados também desagradou a coordenadora do Fórum Estadual de EPS e integrante da delegação gaúcha que participou da CONAES, Nelsa Nespolo. “O problema maior da conferência estadual foi que ela não definiu critérios claros para a escolha dos delegados. A gente sempre trabalhou através do consenso, porém, desta vez o método escolhido deixou alguns representantes enfraquecidos. Assim prevaleceu quem tinha mais força política”.



Produção solidária

Uma estratégia para o crescimento solidário do Rio Grande

“Todas as soluções propostas nestes estudos apontam para um grande pacto entre os diferentes setores sociais, para a busca de consensos mínimos, mesmo que ainda tenham uma visão majoritariamente concentradora”, diz o sociólogo José Inácio Konzen, coordenador do Centro de Educação Popular (Camp). Seja como for, ele sabe que na discussão de novos modelos para tirar o Rio Grande da preocupante situação atual, o conceito de Desenvolvimento Local será um dos instrumentos a garantir que os benefícios se dêem de maneira mais ampla, por todo o Estado, aproveitando as potencialidades de cada município ou microrregião, e dando sustentabilidade à geração de renda e à inclusão social.

“Aqui no Camp temos hoje a visão de que apenas as reivindicações por setor não resolvem a questão da inserção para todos. É preciso avançar com propostas, e temos que trabalhar com os governos, independente do partido que estiver no poder”, explica Konzen. Para ele, se torna fundamental aprofundar os princípios da co-gestão dentro das macro políticas, como já acontece com os diferentes conselhos que atuam junto aos governos. “Um bom exemplo é o Conselho do Orçamento Participativo”, indica. “Nesta nova perspectiva, cada movimento social, cada sindicato ou setor econômico passa a ter uma visão geral, do conjunto da sociedade, mas a partir

daquele espaço local, onde as pessoas vivem e onde as demandas acontecem”, ensina. Uma perspectiva que valoriza as potencialidades e especificações de cada lugar, mas cujas iniciativas precisam se articular com as grandes políticas estaduais e nacionais, para obter melhores resultados. Já a visão adotada pelo atual governo estadual, que privilegia a instalação de grandes projetos, quase sempre beneficiados com recursos públicos e isenção de tributos, é um dos motivos da atual situação falimentar do Rio Grande, garante o sociólogo.

Este modelo – como o das montadoras de automóveis ou, agora, das grandes reflorestadoras que vêm instalando-se na Metade Sul – não tem sustentabilidade. “Para começar, é inviável colocar uma grande empresa desta em cada município ou micro-região. Não só não haveria demanda de mercado, como o Estado não poderia abrir mão de impostos indiscriminadamente”. No caso da Metade Sul e dos projetos de plantio de imensas extensões do pampa com eucaliptos, há ainda o problema ambiental desta monocultura e a concentração de terras, de renda e de poder local em pouquíssimas mãos (no caso, as empresas Votorantin, Aracruz e Stora Enzo).

Já o conceito de Desenvolvimento Local, fortalece o mercado e a diversidade de cada lugar, trazendo qualidade de vida e renda de maneira mais espalhada e democrática, ao

mesmo tempo em que não aprofunda o inchaço das grandes cidades e é um freio ao êxodo rural. “Termina beneficiando um conjunto maior de pessoas naquele território”, diz o diretor do Camp.

A visão da Universidade - O tema ultrapassou as elaborações de militantes sociais e políticos, e é objeto de estudos nas universidades. Até porque, já há muitos exemplos promissores de desenvolvimento local pelo Rio Grande afora, com variadas configurações. “Minha tese de mestrado abordou o caso do município de Sarandi, que em cerca de 20 anos se tornou um núcleo têxtil”, relata o professor Valdir Roque Dallabrida, da Unijuí, com doutorado em Desenvolvimento Regional. “Do início dos anos 80 até agora, Sarandi pulou de duas microempresas de confecção para o quadro atual, com 53 empresas deste gênero”, conta ele. “O que aconteceu naquele município do norte do Estado foi uma dinâmica local, com a união de setores sociais, empresários, trabalhadores, prefeitura, a partir da constatação de que havia condições propícias para apostar nisso”.

O professor diz que este dinamismo sócio-econômico difunde-se naturalmente para outros setores, formando-se uma economia de aglomeração, num conjunto de fatores que atrai outras iniciativas complementares, quando a cidade deixa então de ser periférica. Mas por

isso mesmo, Dallabrida alerta que estas experiências territoriais bem sucedidas guardam desafios:

“Na medida em que estas empresas crescem, querem atingir mercados maiores”, constata Dallabrida. “Porém, estes mercados impõem maiores exigências - em inovações tecnológicas e produção em grande escala. Cria-se o risco de, dentro de alguns anos, a maioria destas empresas locais se desintegrarem e transformarem-se em meras fornecedoras de grandes cadeias globais”. Em suma, o mesmo problema de falta de protagonismo, com desemprego e outros fatores negativos, poderia voltar a dominar.

Este é uma das razões pelas quais o estudioso aponta a necessidade de um estado forte, que possa, por exemplo, incentivar a formação de redes de pequenas e médias empresas, para atuar em espaços nacionais ou mesmo internacionais. “O estado tem um papel importante nisso, fornecendo crédito, incentivando a formação de redes de cooperação e assistência técnica e gerencial – como existiam no Governo Olívio Dutra”, aponta ele. “É necessário também construir sistemas de comercialização paralelos à lógica das grandes empresas, como a participação em feiras nacionais e mundiais”.

Costureiras criam rede nacional - Um caso que serve de modelo real à teorização da academia é o da Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (Univens), localizada no Sarandi, bairro operário da zona norte de Porto Alegre. Com 23 associados – 21 mulheres e dois homens, que se dividem entre a confecção de roupas e a serigrafia que estampa as peças – a Univens completa dez anos de existência com muitas conquistas. “Todos os associados têm uma renda entre R\$ 400,00 e R\$ 800,00 por mês”, informa a presidente da entidade, Nelsa Néspolo.

“Apostar no desenvolvimento local é apostar no que as pessoas de cada lugar têm mais facilidade e condições de produzir”, sintetiza ela. “Nós percebemos que aqui na região tinha muita gente que sabia costurar, que possuía qualificação, mas estava fora do mercado, assim como havia muitas lojas que revendiam roupas, tecidos e aviamentos de costura. Por que nós mesmas não podíamos produzir isto?”.

A presidente da cooperativa recorda que num primeiro momento

o desenvolvimento

olharam para a possibilidade imediata, de ter trabalho e renda. “Mas isso é limitado – a gente percebeu que tínhamos que ter um desenvolvimento não só econômico, mas social, para melhorar a vida também do restante da comunidade”. Deste olhar de inclusão, a partir da realidade próxima, nasceram ainda uma creche – o Centro Social Nova Geração – com capacidade para 35 crianças, e uma cooperativa de reciclagem de lixo.

“Esta ação de desenvolvimento local é a base, mas tivemos que incluir também um olhar nacional”, conta Nelsa. “A partir daí criamos a Justa Trama, que é uma linha de roupas feitas de algodão plantado ecologicamente. Para isso, terminamos criando uma cadeia de economia solidária que é a mais completa do mundo”, garante, com orgulho. Só fazem parte da Justa Trama trabalhadores reunidos em cooperativas ou em associações de produção coletiva. “Este algodão é plantado lá no Ceará pela Adec, uma associação de pequenos agricultores. De lá vai para uma empresa em Nova Esperança, São Paulo, que havia falido e foi recuperada pelos trabalhadores, e é onde é fabricado o fio. Dali ele é levado para a Têxtilcooper, em Santo André, que produz o tecido e a malha, e este produto vem para nós da Univens e para a Fio Nobre, de Santa Catarina”.

Não é tudo: a mesma cadeia inclui ainda sementes amazônicas, utilizadas como adereços nos produtos da Univens, e que são enviadas de

Rondônia. “No total, são 761 trabalhadores envolvidos nessa cadeia, que atravessa o Brasil”, informa Nelsa Néspolo. “Trabalhamos dentro de alguns princípios, como justiça, coletividade, respeito ao meio ambiente e procurando a sustentabilidade”, informa ela. “E a gente termina ganhando mais, porque não tem intermediários na nossa produção. Nós geramos renda e distribuimos também, porque não tem como ter desenvolvimento geral com concentração de renda”.

Os passos ousados da Univens já ultrapassaram os limites do País – mas sempre em busca de parcerias. “Estamos ajudando a formar redes de confecção na Venezuela, e já fomos duas vezes a Caracas e a outras cidades de lá”, revela. “Eles têm umas mil cooperativas de confecção, o que mostra que não somos só nós que acreditamos nisso”. Em todo o Brasil, segundo a presidente da Univens, a economia solidária gera trabalho e melhores condições de vida a 1,5 mil pessoas, em cerca de 15 mil empreendimentos.

“Estamos vendo que há também um mercado internacional aberto para nós, com o conceito do comércio justo”, projeta sem medo a presidente da Cooperativa de Costureiras. “Nosso desafio hoje é ter mais plantadores e produtores ecológicos envolvidos no processo”.

Estado economicamente forte

- Enquanto o exemplo da economia solidária avança na prática, numa visão mais ampla da questão vem trabalhando a Central Única dos Trabalhadores (CUT/RS). “Junto com as coordenações dos movimentos sociais, viemos discutindo um projeto de desenvolvimento para o Estado e o País, que com certeza passa pelo conceito do desenvolvimento local”, confirma o presidente da entidade no Estado, Celso Woyciechowski.

Após citar uma premissa básica – “não acreditamos em desenvolvimento sustentável se não houver um estado forte, que possa ser indutor desse desenvolvimento” – Celso enumera quatro pontos que considera fundamentais. “Para que o estado seja forte, em primeiro lugar é preciso fortalecer suas finanças. E isso passa pelo combate à renúncia fiscal, contra a guerra fiscal e contra a sonegação de impostos. E também por uma reforma tributária, pois hoje a tributação dos pequenos é acachapante, em nível estadual”, diz.

Um segundo ponto do trabalho da CUT diz respeito à descentralização de ações e das matrizes produtivas, em cada ponto do Rio Grande do Sul. Tema que coincide com ênfase ao desenvolvimento local. “A saída da fábrica da John Deer de Horizontina para Montenegro, ou das Balas Florestal, de Erechim para Labiado, mostra a

incapacidade do estado em manter as empresas em seus locais de origem, num movimento que é concentrador, em direção aos grandes centros. Com isso, não é assegurado o desenvolvimento igualitário nas várias regiões”, observa

Com o conceito da cadeia produtiva, o presidente estadual da CUT lembra que não é possível dar atenção à somente um elo desta corrente. “Temos o caso da instalação da Nestlé em Palmeira das Missões, beneficiada pelo governo com incentivos fiscais. Mas isso só beneficia a industrialização e a comercialização – como fica o elo inicial, que é o produtor de leite? Continua desassistido por este tipo de política”.

Celso Woyciechowski aponta ainda como ponto importante para a recuperação do Rio Grande a democratização da gestão. “E neste sentido acredito que o Orçamento Participativo é fundamental, pois dialoga com as bases das cadeias produtivas”, opina. De acordo com o estudo realizado pela CUT, e que deve ser concluído no próximo mês de julho, o quarto ponto a ser trabalhado é o da qualificação dos serviços e dos servidores públicos. “Isto compõe uma idéia de estado eficiente e forte – bem ao contrário da Agenda Estratégica da Fiergs, por exemplo, que sempre prega um estado mínimo”, recorda ele.

Ao menos quatro outros grandes projetos de médio e longo prazo, para “salvar” o Rio Grande do Sul da estagnação em que se encontra, vêm sendo elaborados em círculos políticos, empresariais e administrativos. Conheça suas linhas gerais, abaixo.

“Agenda Estratégica 2006/2020 – O Rio Grande que queremos” – Federação das Indústrias dos RGS (Fiergs). Pelo organograma do projeto, figuram no topo o poder público e os empresários. Num patamar abaixo, aparecem “sociedade gaúcha”, trabalhadores, partidos políticos e ONGs. Foram marcados quatro seminários de avaliação neste primeiro semestre de 2006 – dois já realizados e os próximos dias 28 de junho e 2 de agosto. Uma de suas estratégias para alcançar o “desenvolvimento econômico e social do Estado” é manter um “processo de gestão permanente para acompanhamento de resultados e avaliação de desempenho”, de modo a “es-

truturar um modelo efetivo de governança”.

“Pacto pelo Rio Grande – Responsabilidade de todos” – Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Pretende “mobilizar a sociedade gaúcha para construção de uma agenda mínima de ações/soluções para enfrentamento da crise estrutural do RS (...) num acordo entre os diversos agentes políticos, sociais, culturais e econômicos”. O debate deve ser levado “dentro e fora do Parlamento”. O projeto quer incorporar as “contribuições da agenda estratégica elaborada pelas federações empresariais até 2020”. O lançamento do Pacto ocorreu na própria AL, dia 15 de maio.

“Rumos 2015 – Plano de Desenvolvimento Regional para o Estado” – Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento. O trabalho pretende ser um “estudo completo sobre desenvolvimento regional e logística”. Os 24 Coreds do Estado foram mapeados a partir de suas características econômicas, sociais e potencialidades, e a partir daí distribuídos em nove regiões, para fins de planejamento. E em cada uma destas partes do RS, foi feito um levantamento das “oportunidades, ameaças, restrições e potencialidades”.

Coordenação dos Movimentos Sociais - Também a CMS está pautando o debate sobre os rumos do desenvolvimento do estado criticando principalmente as

alternativas de monocultura ligadas à soja transgênica, o incentivo ao plantio de eucalipto e pinos, gerando mais concentração de terra e a possibilidade de um deserto verde, e a cultura do fumo. Estão propondo um desenvolvimento através do apoio à pequena e média propriedade rural, assentamentos de desempregados em áreas próximas aos centros urbanos com a criação de um “Pronaf Urbano” e do investimento em políticas públicas como educação, saúde e alternativas de trabalho e renda. O foco é o desenvolvimento local sustentável, com a participação direta da sociedade na gestão do estado e controle social sobre os recursos públicos.



Jovens são capacitados

Consórcio da Juventude

Luciano da Silva Moraes, de 20 anos, e Marilene Viana Machado, de 22, deixam diariamente a Ilha das Flores, onde moram, para reunir-se, no centro de Porto Alegre, à turma de 25 jovens que participam do curso de promotor de venda especializada (operador de telemarketing), na sede do Camp. Nenhum dos dois tem experiência formal de trabalho. Luciano, que chegou ao curso informado por amigos, sentiu-se atraído pela perspectiva de trabalho. Gostou das aulas de informática e imagina poder formar, mais adiante, um grupo de operadores de telemarketing. Marilene é casada, tem dois filhos, de dois e de três anos, e cursa a sexta série do ensino fundamental. Surpreendeu-se com o que encontrou no curso (“Pensei que a gente entrava na prática, direto”), mas gostou do jeito das aulas (“A gente aprende a conviver melhor com os outros, discute menos”). A irmã, Meridiana, também está no

curso. As duas já pensam na possibilidade de formar uma cooperativa para operar um serviço de telemensagens.

Estes alunos integram o segundo módulo do programa Consórcio Social da Juventude, do Ministério do Trabalho e Emprego, desenvolvido por uma rede de 34 entidades executoras, que mantêm 87 cursos em dez municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, com a participação de 2 mil jovens de 16 a 24 anos. Construído ao longo de 2004, o programa teve o primeiro módulo realizado no ano seguinte, com a participação de 1.700 jovens. Desses, 520 foram inseridos no mercado de trabalho. “A expectativa de inserção é de 30% dos alunos”, diz Márcia Cavalcante, coordenadora pedagógica do Consórcio, integrante da Escola Técnica José César de Mesquita, que é a entidade-âncora do programa. Dirigidos a jovens de baixa renda e sem experiência formal de trabalho,

a oportunidade

os cursos têm 400 horas de aula (duração de cinco meses) e 100 horas de trabalho comunitário. Os jovens recebem vale-transporte, alimentação e ajuda financeira de meio salário mínimo por mês. Há cursos de diversas áreas como alimentação, esporte e lazer, arte e cultura, saúde, vestuário, turismo e hospitalidade.

O Camp é uma das entidades da rede, responsável pelos cursos de telemarketing, com aulas em sua sede, e de artes visuais, com ênfase na educação ambiental e reciclagem e reaproveitamento de materiais, que tem aulas na Paróquia do Espírito Santo, Vila Farrapos. Além das noções técnicas, o curso aborda os temas da multiculturalidade, organização sustentável do trabalho, inclusão digital e política social. “O esforço é não apenas ensinar as técnicas, mas auxiliar o jovem a construir sua história, sendo sujeito de si mesmo”, diz Márcia Ivana Falcão, que coordena a parte pedagógica do trabalho no Camp, juntamente com Luiza Cristina Schaffer. Isto significa proporcionar que o jovem perceba o contexto social que limita as oportunidades para boa parte da população, e ajudá-lo a construir alternativas pessoais e coletivas. “É um trabalho bem amplo”, diz o professor Paulo Quoos Conte, encarregado do tema da multiculturalidade. “Não basta o treinamento técnico. É importante ampliar a visão que o jovem tem do mundo do trabalho”.

O consórcio também proporciona aos Jovens um espaço de convivência que é o Centro de Juventude, onde se realizam oficinas de arte, rap, grafitti. Localizado num prédio central da cidade, onde

funciona a Companhia de Arte, o Centro tem o papel de fortalecer a inserção do jovem. É nesse espaço que são feitas as aulas de informática. Ali também são recebidos os possíveis empregadores e as entidades que participam do consórcio. “Este ano há duas novas ações”, diz Márcia Cavalcante, da coordenação pedagógica do programa no sul. “Uma delas é o Portal da Juventude, um espaço de acolhimento mais sócio-psicológico, onde uma equipe multidisciplinar pode oferecer ajuda em dificuldades como obtenção de documentos, encaminhamento de alguma questão de saúde, ou de conflito com a lei. Sua função é fortalecer a cidadania e fortalecer também a rede de entidades executoras”. Outra novidade, segundo ela, é a implantação de uma auditoria jovem. Três jovens que já passaram pelos cursos no ano passado foram contratados para fazer um trabalho de “meio de campo” junto às entidades executoras e os próprios alunos. “Eles fazem um papel de aglutinadores”, diz Márcia. Há outras novidades em elaboração. Uma delas é a avaliação do programa e seu impacto, a ser feita por profissionais da Universidade Federal do RS (Ufrgs), ligados ao núcleo de educação e trabalho da universidade. “Sabemos que o impacto é grande, tanto sobre os jovens quanto sobre as entidades executoras”, diz Márcia. A outra é o projeto de prolongar o acompanhamento dos jovens nas primeiras fases de inserção no mercado de trabalho.

Os jovens empreendedores do skate

O primeiro módulo do Consórcio Social da Juventude rendeu uma iniciativa de produção queafia as armas para ingressar no mercado. É a Cadeia Produtiva do Skate, formada por 30 jovens – 11 meninas e 19 rapazes – que participaram dos cursos realizados em 2005. A cadeia organizou-se em cinco núcleos para fabricação de produtos ligados à prática do skate, com a marca Epidemia. São tênis,

roupas, mochilas e o próprio skate – um grupo preparando-se para produzir o shape, que é a prancha de madeira, e outro, o truck, ou eixo do equipamento. “Se tudo der certo, até o final de agosto poderemos ter produção”, prevê Iran Pas, coordenador do projeto. Atualmente, com recursos do Ministério do Trabalho e Emprego, o grupo processa a concorrência para compra de equipamentos de produção, mas o núcleo da fabricação de mochilas já está em

condições de produzir. “As chances de sucesso são boas. Existem pesquisas que mostram que este é um mercado em expansão”, anima-se o coordenador. As entidades que apóiam cada grupo são o Instituto Murialdo (mochilas), Fundação Pão dos Pobres (shape), Escola Técnica José César Mesquita (truck), Associação Reviver, de Canoas (vestuário) e Escola de Trabalhadores 8 de Março (tênis), ligada ao movimento sindical do Vale do Sinos.

Enquanto as entidades apuram o treinamento dos novos empreendedores, ainda há problemas a resolver. Um deles é à busca de financiamento para capital de giro; outro é decidir a forma de organização do sistema (como cooperativa ou como microempresas solidárias, por exemplo). Outro já tem solução em andamento: a criação de uma central de comercialização dos produtos.

Licitação do lixo em Porto Alegre gera dúvidas à população

Uma grande mudança no sistema de coleta e destinação das cerca de mil toneladas diárias de lixo em Porto Alegre, proposta pela prefeitura municipal, está levantando dúvidas e acusações e já gerou um inquérito policial e investigações pelo Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado. “É a privatização da limpeza urbana em Porto Alegre”, (acusou a vereadora Sofia Cavedon PT). Sua colega Maristela Meneghetti (PFL), da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento da Câmara, pediu a suspensão da licitação aberta pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) para a contratação de empresas privadas para a execução dos serviços. E o Tribunal de Contas do Estado, trabalhando em conjunto com o Ministério Público Especial e a Delegacia Fazendária, da polícia civil, examina documentos do DMLU, investigando a suposta existência de fraude no processo de licitação. Segundo a denúncia que chegou à polícia e à justiça, o departamento permitiu a participação de pessoas estranhas à prefeitura na preparação do edital de licitação – o que poderia sugerir favorecimento. Além disso, de acordo com a denúncia aceita pelo Ministério Público, o custo do serviço a ser contratado poderia mais que dobrar em relação aos valores atuais – passando de três milhões de reais para sete milhões de reais mensais.

DMLU altera edital

A direção do DMLU, que se apressou em visitar todos os órgãos onde foram registradas as queixas e oferecer as informações exigidas pela investigação, garante que a acusação de elevação dos custos não é verdadeira. Mesmo assim, poucos dias depois de lançado o edital que previa o valor de 405 milhões de reais pelo contrato de cinco anos, foi publicada uma retificação que modificou cerca de 80 itens do primeiro texto e reduziu o volume de prestação de serviços, recolhendo em 100 milhões de reais o custo do contrato, que ficou em 305 milhões. Segundo o diretor-geral do DMLU, Garipô Selistre da Silva, a redução obedeceu a limitações orçamentárias do órgão.

Algumas dessas mudanças são significativas. O primeiro edital exigia a disponibilização pela empresa contratada de 20 veículos e 36 equipes para a coleta seletiva. Na retificação, esses números caem para sete veículos e 12 equipes, uma redução de dois terços do inicialmente previsto. O custo mensal dos veículos cai de 163 mil reais para 137 mil reais. Quanto à mão-de-obra, a redução é ainda maior: o custo mensal cai de 203 mil reais para 67 mil reais. A essa redução corresponde também diminuição dos serviços, como os roteiros de varrição e capina, e a coleta e tratamento dos resíduos de estabelecimentos de saúde, assumida pelos hospitais da cidade.

Outro dado polêmico é a indicação de uso de caminhões compactadores na coleta seletiva. “Há muitas queixas contra os caminhões compactadores”, diz Leonardo Toss, educador do Camp, que acompanhou discussões prévias ao edital. “Tem havido acidentes com o material compactado, além do layout dos galpões não ser adequado ao transbordo por esses veículos”. O DMLU, segundo ele, havia garantido que os caminhões compactadores não seriam usados.

Trabalhadores

Enquanto a Justiça e a polícia avaliam as condições de realização da licitação, trabalhadores que lidam com a coleta seletiva e reciclagem de materiais – cerca de 8 mil catadores avulsos e outras 700 pessoas ligadas às 13 associações de reciclagem da cidade que operam as cerca de 40 toneladas diárias de lixo seco recolhidas pelo DMLU – não têm certeza quanto às mudanças que vão ocorrer. Em abril, a prefeitura e o DMLU realizaram audiências públicas para apresentar o novo modelo de limpeza pública e se comprometeram em respeitar e valorizar o trabalho dos catadores de materiais recicláveis e dos trabalhadores das associações de reciclagem. Este compromisso aparece no edital num item que obriga a empresa ou consórcio de empresas vencedores a destinar todos os materiais recolhidos pela coleta seletiva a projetos sociais da prefeitura de Porto Alegre, que serão

criados e regulamentados por decreto municipal específico.

Leonardo Toss adverte, no entanto, que o edital não menciona as 13 unidades de triagem já existentes que recebem o material da coleta seletiva, realizada atualmente pelo DMLU. Outro item prevê que a “contratada obriga-se a articular os serviços de coleta seletiva com carroceiros e carrinheiros, mantendo uma convivência harmônica na execução da coleta e da destinação para este tipo de resíduo”. Mas, segundo o educador, isto não deixa claro como os catadores vão ser integrados ao novo modelo, e a principal preocupação é que se perca a participação dos recicladores na economia do lixo e que saia prejudicada a cultura da separação, já consolidada na Capital.

Seminário

Com a mediação do CAMP, a Prefeitura de Porto Alegre, realizou no final de abril o 1º Seminário Municipal sobre Catadores de Resíduos Recicláveis para analisar situações envolvendo o trabalho de catação de recicláveis nas ruas da cidade, além de exemplos de como a atividade funciona nos municípios de São Paulo, Belo Horizonte e Londrina.

Durante o encontro, a Prefeitura através do DMLU explicitou publicamente as propostas que seriam contempladas no edital: o cadastramento de todos os catadores de rua de Porto Alegre, a definição da área na qual poderiam trabalhar (regionalização) e a criação de um instituto jurídico para respaldar a relação entre a categoria profissional e a Prefeitura. Segundo Toss, que coordenou a mesa durante os dois dias do seminário, in-

felizmente, as propostas não foram contempladas no edital.

Representante no RS do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, Alexandre Cardoso acredita que um dos perigos deste edital é que, pelo alto valor envolvido, esteja restrito à participação de empresas de grande porte, detentoras de poder econômico. “Quando se fala em lixo, falamos de pessoas muito carentes e humildes. Uma grande empresa pode tomar conta dos pontos de coleta e deslocar os catadores”, teme Cardoso, que se preocupa também com a promessa da prefeitura em cadastrar os catadores e regulamentar sua atuação. “Quem fará esse cadastramento?”, pergunta ele.

A mesma preocupação com a sobrevivência dos catadores e recicladores é manifestada por Eliane Nunes Peres, uma das coordenadoras da Associação de Reciclagem Nossa Senhora Aparecida, no bairro Navegantes, onde 24 associados processam mensalmente 24 toneladas de papel e plástico, além de ferro e alumínio. “Grandes empresas têm interesse em se fixar nas capitais, onde a produção de resíduos é muito grande. Nosso medo é que elas se instalem, construam galpões e fiquem com a melhor parte. A tendência é que nossos galpões terminem”, teme ela, que é ex-presidente da Federação de Associações de Reciclagem do RS (Farrs) e há anos vive o esforço de sobrevivência dos catadores e os desafios diários de sua organização em grupos de trabalho. “Não sabemos como as coisas vão ficar”, preocupa-se ela. “Só aqui, 86 pessoas dependem do trabalho do galpão”.

Denúncia do Ministério Público ao TCE:

c) avaliação do impacto econômico-financeiro da adoção do modelo em implantação, assim como da composição dos preços estimados, com a demonstração de sua vantajosidade, levando-se em conta que, em análise preliminar, verificou-se que a Autarquia despendeu, em 2005,

um montante de cerca de três milhões de reais ao mês, com o pagamento de empresas prestadoras de serviços terceirizados em sua atividade-fim, e anuncia-se, para serviços equivalentes e outros agregados, com as contratações decorrentes da concorrência em exame, um gasto estimado, para 2007, em mais de sete milhões de reais ao mês.

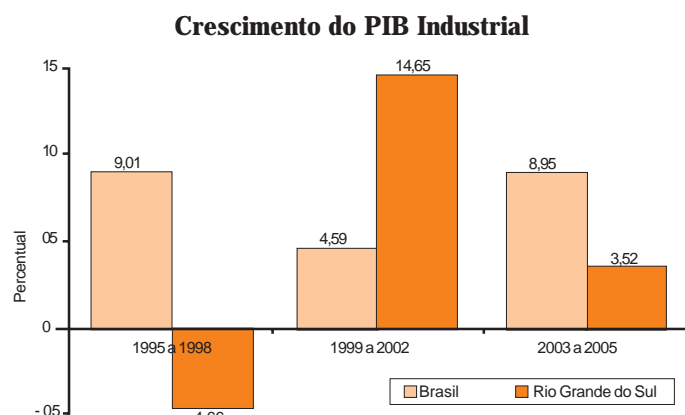
A economia gaúcha: o que está acontecendo?

De 1986 a 2004, o crescimento do PIB gaúcho (+ 56,0 %) foi praticamente igual ao brasileiro (+ 55,3 %). Já quando incluímos o ano de 2005 esta comparação se altera. Enquanto a atividade econômica do país cresceu + 2,3% a do Rio Grande do Sul encolheu -4,8%. O ano de 2005 é o pior desempenho dos últimos dez anos para o RS. Além disso, diferente de anos anteriores quando, de um modo geral, a redução do PIB gaúcho era reflexo da retração do PIB nacional, em 2005, a economia brasileira expandiu e a gaúcha encolheu.

Vários são os fatores para explicar o que está acontecendo. Quanto aos juros elevados é bom lembrar que, eles afetam não só o Rio Grande do Sul mas também o conjunto da economia brasileira. Assim este componente estaria explicando muito mais o pequeno crescimento nacional, que a retração gaúcha. Para isto ficar mais claro vemos, em 2005, a indústria gaúcha com o pior desempenho (-3,56%), em comparação com todos os outros estados que, com exceção do Ceará, apresentaram crescimento na sua produção industrial.

Já a valorização cambial produz um efeito especialmente negativo sobre nosso Estado. Somos o terceiro Estado exportador mas a importância das exportações, sobre o conjunto da nossa economia, é relativamente maior. As características das exportações gaúchas (intensivas em mão de obra e insumos não importados) potencializam o efeito da valorização do Real de tornar mais caro nossos produtos no exterior e mais baratos os produtos importados que competem com nossa indústria (ex: calçados chineses). O fraco desempenho das nossas vendas externas está refletido na participação gaúcha no total das exportações brasileiras em 2005 (8,8%). Pela primeira vez, em mais de dez anos, o RS exportou menos de 10% do total nacional.

Todos os grande setores da economia gaúcha tiveram redução



em 2005: Serviços -0,5%, Indústria -4,8% e Agropecuária -15,2%. Nos últimos vinte anos apenas em 1991 houve maior queda na Agropecuária -15,3%. A estiagem e a redução dos preços internacionais da soja prejudicaram significativamente o setor rural gaúcho.

Por fim, no âmbito estadual tivemos o efeito negativo de medidas adotadas pelo Governo Gaúcho. Em 2005 o governo Rigotto implementou a restrição aos créditos de ICMS. As empresas exportadoras, que antes contavam com estes créditos como uma “quase-moeda” que viabilizava o pagamento de fornecedores e outras despesas, perderam esta renda justamente no momento em que as dificuldades de exportação se ampliaram.

Como complemento assistimos também ao aumento das alíquotas do ICMS, em cinco pontos percentuais, para combustível, energia elétrica e telefonia. Estes setores, afetam diretamente consumidores e são insumos importantes para o conjunto das empresas gaúchas.

O que poderia ser diferente? Evidentemente não há resposta pronta, acabada ou consensual a esta indagação. Mas devemos buscar identificar o que podemos fazer para tentar alterar os fatores que geraram ou potencializaram esta crise.

Quanto aos juros elevados temos perspectivas positivas pois estão em progressiva queda na política econômica federal. Em maio de 2006 a média da Selic (15,7 %

a.a.) foi uma das menores de todo o período Pós-Real. No que toca ao câmbio vemos que parte da valorização do Real se deve a um fator externo a economia brasileira que não temos capacidade de alterá-lo (movimento de desvalorização internacional do Dólar). Complementarmente, há o crescimento das exportações brasileiras e uma contínua entrada de capitais que mantém o Real valorizado. Mesmo assim, há sinais positivos para os exportadores pois, a partir de maio de 2006, visualizamos reversão da valorização do Real. Influenciado por alterações na economia dos EUA o preço do Dólar para venda, que chegou ao patamar de R\$ 2,0586 em 10/05, começou a crescer e alcançou R\$ 2,30 em meados de junho.

Já as medidas adotadas pelo Governo Estadual quanto ao ICMS podem, no mínimo, serem classificadas como inoportunas. O peso delas é visto no expressivo aumento de 18,11% da arrecadação do ICMS em 2005, mesmo num ano em que a economia estadual estava em depressão. Foram cerca de R\$ 1,7 bilhão a mais de recursos para os cofres estaduais. Ao avançar 2005, o preço da soja, o câmbio, a estiagem e as exportações apontavam a necessidade de alterar ou reverter, pelo menos parcialmente, os mecanismos tributários adotados. Ao contrário vimos e continuamos a ver a manutenção destas medidas que fragilizam setores já abalados economicamente.

O Déficit Nominal Estadual, que estava em queda até 2002, voltou a crescer e ultrapassou R\$ 700 milhões em 2004 e 2005. Se há dificuldade em alterar a estrutura e o montante das despesas públicas estaduais é necessário pensar qual a melhor política de arrecadação. Na contramão das ações atualmente adotadas poderíamos, de um lado, manter e reforçar os incentivos aos setores estruturais da economia gaúcha (cuja sobrevivência garante a arrecadação fiscal de hoje e do futuro) e, de outro reduzir a renúncia fiscal expressiva para empresas específicas. Cada vez que aumenta a concessão de benefícios fiscais para empresas privilegiadas (em troca do anúncio publicitário de um suposto novo investimento), é necessário implantar medidas cada vez maiores de aumento de alíquotas e de restrições de incentivos fiscais aos setores da economia gaúcha mais geradores de emprego e que atualmente lutam para sua sobrevivência num cenário macroeconômico adverso.

Complementarmente é fundamental buscarmos a diversificação de nossa matriz produtiva seja na agropecuária ou na indústria. A dependência de poucos produtos ou poucos mercados torna a economia de uma região vulnerável a qualquer choque externo. Quanto mais desenvolvermos mercados internos, fortalecermos nossas relações comerciais com o resto do país e com o exterior estaremos mais fortes para resistir a futuros choques.

Por fim cabe destacar que para garantirmos o desenvolvimento é fundamental apostar em duas vias complementares: o aprimoramento tecnológico, de um lado, e o fortalecimento dos setores intensivos em mão-de-obra, de outro. Assim poderemos almejar o desenvolvimento: crescimento com inclusão social.